

Ausência de acordo com FMI é um grande avanço nas negociações

por Cesar Borges,
de Brasília

As autoridades financeiras do governo brasileiro manifestam um reservado otimismo ante a retomada das negociações da dívida externa brasileira junto ao Clube de Paris, a partir do próximo dia 19. Os negociadores brasileiros sentam-se à mesa convencidos de que a ausência de um programa de ajuste junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) representou um expressivo avanço na questão da dívida externa brasileira no ano de 1986.

A estratégia de negociação já defendida ostensivamente pelo ministro da Fazenda, Dilson Funaro, pretende um reescalonamento da dívida contraída junto aos governos reunidos no Clube de Paris vencida em 1985 e 1986 — estimada em US\$ 4 bilhões, aproximadamente — e ainda uma definição para os débitos de 1987, ainda não estimados oficialmente. A redução da taxa de risco ("spread") dos atuais 2,5% é outro objetivo de Funaro.

O ministro da Fazenda pretende sentar-se à mesa de negociações com os credores privados internacionais com a perspectiva de reescalonar todo o estoque da dívida que o País mantém junto aos seus bancos — algo em torno de US\$ 70 bilhões — correspondente a dois terços do estoque total da dívida estimada para o final do exercício de 1986 em US\$ 110 bilhões, US\$ 5 bilhões acima do saldo apurado em 31 de dezembro de 1985.

Com essa estratégia Funaro está convencido de que poderá quebrar uma rotina tradicional no encaminhamento da dívida externa brasileira, que tem mantido as negociações com os credores privados atreladas e condicionadas aos resultados alcançados junto ao Clube de Paris. "A natureza do endividamento é diversa", costumam dizer seus assessores mais próximos para sustentar o ponto de vista ministerial.

Um elemento considerado importante pelo ministro Funaro na tentativa de obter junto aos bancos privados um reescalonamento plurianual da dívida está no perfil de pagamento do principal (amortizações), que apresenta um gargalo entre 1986 e 1991 de aproximadamente US\$ 74,605 bilhões, conforme dados da última edição do Programa Econômico do Brasil, já enviado aos bancos credores e a instituições financeiras internacionais.

Esses dados indicam que esse volume de amortizações já programadas representa 77,8% do total da dívida externa registrada no Banco Central em 31 de dezembro do ano passado, da ordem de US\$ 95,857 bilhões.

A renegociação plurianual visaria diluir esse volume de amortizações até o final da década de 90 e início da primeira década do ano 2000.

Alguns analistas do governo não escondem alguma preocupação com o encaminhamento da questão, principalmente devido ao resultado do saldo comercial brasileiro, estimado em US\$ 10,5 bilhões, considerado insuficiente para o cumprimento dos compromissos da conta de serviços, prevista em US\$ 12,5 bilhões.

O que vai exigir, adicionalmente, a obtenção de dinheiro novo, sob a forma de empréstimos da ordem de US\$ 2 bilhões.

Esse quadro, associado ao baixo nível das reservas cambiais de final de ano, é visto pelo professor Dércio Munhoz — decano de Economia da Universidade de Brasília e responsável pela proposta econômica esboçada pelo falecido presidente Tancredo Neves — como indicativo de que, mais do que uma postura de "endurecimento" frente aos credores externos, os negociadores brasileiros devem utilizar de "astúcia" para obter uma negociação "razoável" da dívida externa já no âmbito do Clube de Paris.

Dércio Munhoz entende que o recente elenco de medidas tributárias — que visaram principalmente desacelerar o consumo — agradou ao Fundo Monetário Internacional (FMI), principalmente porque visaria ao controle efetivo do déficit público brasileiro, mas não impede o seu recrudescimento devido à elevação dos custos financeiros da dívida interna e à sua materialização em mais inflação, já nos primeiros meses do ano.

A "astúcia" dos negociadores brasileiros, segundo o professor, estaria em definir claramente aos credores os desdobramentos desse processo, informando-os de que num ano constitucional, em que a economia vai exigir ajustes, "melhor seria concluir uma renegociação que postergasse o exame das questões mais fundamentais", abrindo espaço à ação do governo brasileiro para a reorganização econômico-financeira interna.